

Introdução

O IV Seminário Nacional de Ensino de Extensão Rural teve como tema “As bases epistemológicas da extensão rural”. Embora avanços significativos tenham sido alcançados ao longo do Seminário, houve certo consenso sobre a necessidade de maior aprofundamento na discussão desse tema, conforme explicitado na carta tornada pública após o seu encerramento.

Como um dos participantes do painel que tratava especificamente desse tema no Seminário, preparei uma exposição, um tanto extensa, em que procurei salientar a importância da consideração das relações entre a ontologia e a epistemologia, as quais só podem ser apreendidas por meio de uma adequada contextualização do desenvolvimento da ciência ao longo da história das sociedades modernas, especialmente do ponto de vista da luta de classes. Vale observar que, como um dos participantes do III SNEER que insistiu na importância desse tema, escrevi um dos capítulos do livro relativo às discussões ocorridas nesse evento (Silva Neto, 2026), o qual serviu de base para a minha exposição no IV SNEER.

No entanto, ao longo do IV SNEER me pareceu necessário que uma questão, que me parece fundamental para a discussão das bases epistemológicas da extensão rural, mas sequer foi mencionada ao longo do Seminário, seja analisada. Trata-se dos processos de alienação relacionados às concepções comumente veiculadas sobre a natureza da atividade extensionista e de como esses processos são promovidos pelos fundamentos ontológicos e epistemológicos hegemônicos na extensão rural. No entanto, desde já cabe aqui um alerta. No presente texto tratamos a alienação como um processo que, embora influenciado pela subjetividade de cada indivíduo, tem sua origem em condições objetivas. Assim, a alienação só pode ser efetivamente superada por meio da superação das condições objetivas que a originam e não apenas na consciência dos sujeitos. Por outro lado, isto não implica que os indivíduos não possam tomar consciência dos processos que originam a sua alienação, assim como daqueles que a alimentam e reagir contra ela, o que implica que a alienação nem é mecanicamente determinada pelas condições sociais, nem pode ser superada apenas no plano do pensamento, mas que estes dois processos se constituem nos polos de um par dialético que se coloca em movimento pela práxis dos indivíduos na sociedade. Não há, portanto, neste texto intenção alguma de caracterizar

¹ Versão preliminar de capítulo a ser publicado no livro “O Fórum Nacional de Professoras e Professores de Extensão Rural: perspectivas e desafios na articulação coletiva para o ensino em Extensão Rural no Brasil”.

certos extensionistas como mais alienados do que outros, na medida em que todos nós, independentemente da nossa consciência, vivemos na realidade reificada e fetichizada da qual depende o funcionamento do capitalismo.

É neste sentido que meu objetivo neste curto capítulo é o de trazer a questão da alienação na extensão rural para o debate (quem sabe, no próximo SNEER?), realçando os seus elementos essenciais. Para tanto, me baseio, fundamentalmente, nas obras de György Lukács sobre o irracionalismo (Lukács, 2020) e sobre a ontologia do ser social (LUKÁCS, 2013, 2013a). O capítulo está dividido em quatro seções. Considerando esta introdução como a primeira seção, a segunda seção é dedicada à uma breve exposição do seu referencial teórico. Na terceira seção é realizada uma discussão da categoria da alienação, dos processos básicos do seu surgimento nas sociedades capitalistas e de como ela comumente se manifesta no trabalho extensionista. Na quarta seção é discutido como a alienação se constitui em um elemento essencial das concepções epistemológicas e ontológicas comumente adotadas na extensão rural. Na quinta e última seção são realizadas as considerações finais.

Referencial teórico

O materialismo histórico e dialético constitui-se no referencial teórico adotado neste texto, destacando-se, neste sentido, as obras de György Lukács. Uma das contribuições mais importantes proporcionada por Lukács à filosofia é o desenvolvimento de uma ontologia do ser social estritamente histórico-materialista (LUKÁCS, 2013, 2013a). Para Lukács, portanto, a concepção ontológica do ser social deve superar o caráter metafísico que normalmente é atribuído à ontologia, segundo o qual o ser humano possuiria uma essência estática, pura e permanente, em contraposição à diversidade espaço-temporal das suas manifestações fenomenológicas. Para o autor coloca-se, assim, a necessidade de esclarecer o caráter histórico, imanente à sua materialidade, da natureza do ser social.

É com base nessas concepções que Lukács (2013a) considera o trabalho como atividade fundante do ser humano, na medida em que se constitui na forma específica dos seres humanos se relacionarem com a natureza, a qual é sempre mediada por relações sociais, as quais são potencializadas pela linguagem. De acordo com o autor, o processo de trabalho pode ser dividido em várias etapas. A primeira etapa, ainda preliminar, é o reflexo da realidade sobre a consciência do ser humano, o qual não se constitui apenas em uma reação sensível, apenas biologicamente determinada, ao seu ambiente, pois influenciada decisivamente pela sua cultura. A segunda etapa é a definição de uma posição teleológica, ou seja, uma expressão na consciência do trabalhador de uma intenção de produzir determinado objeto. A terceira etapa é

mobilização de causalidades naturais (isto é, existentes na natureza) como causalidades postas (orientadas pelo trabalhador) para a produção do objeto desejado. E a quarta etapa consiste na validação do objeto produzido em relação ao que foi definido teleologicamente.

É interessante observar que, no processo de trabalho, a definição de posições teleológicas sempre implica em escolhas realizadas conscientemente, o que implica em certo grau de liberdade. É, pois, no processo de trabalho que se originalmente se manifesta a subjetividade humana, o que implica que ele não pode ser determinado mecanicamente a partir das causalidades que ele mobiliza. Por outro lado, essas causalidades, presentes na natureza, jamais podem deixar de ser respeitadas, sob pena de falência de todo o processo de produção. Neste sentido, é importante salientar que essa validação só pode ocorrer após todo o processo, momento em que ele é confirmado ou não como trabalho. Em suma, embora o trabalho seja uma atividade orientada teleologicamente, ele não possui uma rígida determinação teleológica. Da mesma forma, embora o trabalho dependa de causalidades objetivas, ele não pode ser determinado mecanicamente por tais causalidades. Essas características proporcionam ao trabalho um pronunciado caráter histórico, o que implica em conceber a realidade dialeticamente o que, de acordo com Lukács (2003), nos permite superar, reconhecendo-as como pares dialéticos, as antinomias vigentes na filosofia na burguesia sobre relações como as existentes entre sujeito e objeto, ideal e material, práxis e psiquê, abstrato e concreto, indivíduo e sociedade, reconhecendo-as como pares dialéticos.

Nas sociedades modernas o processo de trabalho se complexifica. Raramente as posições teleológicas são totalmente definidas por quem mobiliza os processos causais para a geração do produto. Assim, há uma divisão social do trabalho na qual determinadas atividades têm como objetivo a geração de posições teleológicas secundárias, ou seja, posições teleológicas destinadas a orientar outras posições teleológicas. Este é o caso da atividade científica, a qual, como parte do processo social de trabalho, possui um caráter histórico, imanente às condições materiais da sociedade e às lutas de classe que ocorrem em seu seio. É a partir dessa perspectiva que Lukács (2020) analisa as transformações sofridas pelas correntes de pensamento relacionadas à ciência. Por meio dessa análise, o autor esclarece como a ciência, embora imprescindível para assegurar a reprodução material, necessariamente ampliada, do sistema capitalista, teve que ter os seus aspectos ontológicos obscurecidos, do que resulta em um crescente grau de irracionalismo na reflexão epistemológica que dá suporte a atividade científica, a qual tem, no entanto, como finalidade um conhecimento objetivo da realidade.

Extensão rural e alienação

A partir do avanço das forças produtivas e da divisão social do trabalho, o caráter social do ser humano se desenvolve objetivamente. No entanto, o desenvolvimento dessa sociabilidade objetiva não é acompanhado automaticamente por um desenvolvimento equivalente da sociabilidade no plano subjetivo, ou seja, por uma expressão da sociabilidade objetivamente possível na personalidade dos indivíduos. Há, portanto, um desenvolvimento desigual, embora articulado, entre sociabilidade objetiva e subjetiva dos seres humanos ao longo da sua história.

Essa desigualdade se expressa pela alienação, a qual traduz um estranhamento dos seres humanos em relação à sua natureza histórico-social. Na maior parte da história da humanidade, essa alienação se expressou essencialmente por processos de antropomorfização dos quais resultam pensamentos mágicos, cuja expressão mais acabada é a religião, na qual os seres humanos consideram como verdadeiro um ser imaginário (muitas vezes baseado na imagem de um pai) e, após, passam a se considerar como sua criatura (Lukács, 2013a). Foi (e em boa parte ainda é) por meio da religião que os seres humanos historicamente têm concebido a sua natureza como servil e submissa a um ente superior, concepção sistematicamente manipulada pelas classes dominantes. É interessante aqui sublinhar que a alienação surge da necessidade dos seres humanos dar respostas à questões cujos processos causais ele atribui grande importância, porém sente-se incapaz de apreender racionalmente. Primordialmente essa necessidade religiosa surge no próprio processo de trabalho, cujo produto, como já mencionado, só pode ser validado *post festum*, o que provoca uma incerteza que jamais pode ser inteiramente eliminada.

Com o avanço da divisão social do trabalho, porém, os processos responsáveis pela alienação se tornam mais complexos. Embora a necessidade religiosa continue a ser o seu processo fundante, ela passa, também, a se constituir em um processo social, necessário para assegurar a hegemonia ideológica das classes dominantes. Nessas sociedades os processos de alienação se complexificam, podendo assumir um caráter não transcendente, desvinculado de qualquer apelo ao sobrenatural, o que Lukács (2013) denomina “ateísmo religioso”, sublinhando que a necessidade religiosa sempre se vincula a alguma forma de irracionalismo, estando este associado ou não à crenças sobrenaturais.

Com o vertiginoso desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social do trabalho desencadeado pelas relações sociais capitalistas, portanto, os processos de alienação se modificam substancialmente em relação às sociedades que as precederam. Tendo no

desenvolvimento da indústria uma das suas principais características, a artificialização dos processos produtivos permite a sua desvinculação dos ciclos naturais que ritmam a agricultura, a caça e a coleta, sobre as quais se baseavam os modos de produção anteriores. Além disto, a burguesia, no processo de formação do sistema capitalista, por ela liderado, contestando o direito divino sobre o qual se assentava o poder político e o acesso às riquezas da aristocracia, sustentou a autonomia dos seres humanos na organização da sociedade e na sua relação com a natureza.

Neste contexto, é a partir dos próprios processos econômicos responsáveis pela reprodução material da sociedade que o pensamento burguês desenvolve as formas de alienação características do capitalismo, baseadas em processos de reificação e de fetichização que se encontram estreitamente associados. Pela importância das categorias da reificação e da fetichização na análise da alienação realizada no âmbito do materialismo histórico e dialético, cabe aqui algumas considerações, mesmo que breves, sobre elas. A reificação consiste na consideração de processos como coisas “dadas” (Lukács, 2003). Neste sentido, a reificação implica na desvinculação dos fenômenos dos processos causais dos quais ele se origina, o que, muitas vezes gera a atribuição de falsas propriedades à aos objetos relacionados à tal fenômeno, ou seja, a sua fetichização. É interessante observar que, desde os primórdios da humanidade, os seres humanos reificam e fetichizam certos aspectos da sua realidade ao atribuir um caráter mágico, sobrenatural, à determinados fenômenos e objetos, o que deu origem, inclusive, à religião.

Os processos de alienação típicos do capitalismo passam, por outro lado, se baseiam na reificação e na fetichização das próprias relações sociais, a partir das quais a reprodução material da sociedade é considerada como um processo que deve ser regido exclusivamente com base nas condições técnicas de produção (ou seja, em relações sobre coisas consideradas como dadas). Isto implica a negação do papel do trabalho como uma relação teleologicamente orientada dos seres humanos com a natureza e entre si mesmos. Esses processos de alienação, assim, ao negar o papel do trabalho como atividade fundante da vida social, também ocultam o papel central desempenhado no funcionamento da economia capitalista pela luta de classes. O resultado desses processos de alienação é que o capitalismo se mostra, na consciência dos indivíduos, como um processo regido por leis econômicas estritamente deterministas, as quais obscurecem as possibilidades de ação dos indivíduos sobre a realidade social.

As concepções comumente adotadas sobre a natureza da extensão rural revelam claramente esse processo de alienação. De acordo com essas concepções, a extensão rural é definida como um mero “serviço” prestado aos agricultores ou como uma simples

intermediação entre estes e o Estado, o que expressa a alienação dos extensionistas em relação à natureza histórico-social do seu trabalho e da própria realidade agrária. Neste sentido, o papel do extensionista mostra-se restrito às simples mediações intersubjetivas, na medida em que ele considera o desenvolvimento rural (especialmente da agricultura), como algo dado, no qual ele exerce funções sobre as quais ele não pode agir. E, mesmo para os extensionistas que procuram se contrapor a esses processos, a única forma de fazê-lo lhes parece ser por meio da contestação da própria racionalidade (pretensamente) científica que os determina. Assim, tanto para extensionistas conservadores como para aqueles que adotam uma atitude crítica em relação ao desenvolvimento rural atualmente em curso (marcado por um padrão tecnológico da agricultura que o torna socialmente perverso e ambientalmente destrutivo), o resultado dessa alienação é a pouca importância atribuída a análises objetivas, centradas nas condições materiais de reprodução dos agricultores, da dinâmica local da agricultura em seu conjunto. para fundamentar as suas ações.

Essa atitude que, é importante salientar, prevalece tanto em extensionistas com posturas mais conservadoras, como naqueles que exibem posturas mais críticas diante do desenvolvimento da agricultura, possui fundamentos claramente explicitados por diferentes correntes da filosofia da ciência, como veremos na próxima seção. Isto indica que elaborações teóricas, as quais, de acordo com o materialismo histórico e dialético, possuem a sua gênese na própria realidade social, muitas vezes voltam a influenciar essa realidade por meio do comportamento dos indivíduos que as adotam, mesmo que de forma tácita e inconsciente por parte destes.

O exposto nos parágrafos anteriores implica na necessidade de uma análise crítica das concepções filosóficas acerca da ciência presentes na extensão rural para que possamos estabelecer entre os extensionistas uma reflexão sobre os processos que regem a nossa alienação. Alguns elementos fundamentais dessa análise serão discutidos na próxima seção.

A promoção da alienação pelas concepções filosóficas acerca da ciência hegemônicas na extensão rural

Após a Revolução Francesa, o capitalismo consolida-se na França, embora os embates entre a burguesia e a aristocracia em torno da restauração da monarquia ainda perdurem. É neste contexto que Auguste Comte lança as bases de um sistema filosófico que se passará a se constituir até os nossos dias em um dos principais fundamentos do pensamento burguês. No entanto, o objetivo de Comte não se situava no plano das ideias. O que o autor francês almejava era uma reestruturação da sociedade inteiramente baseada na razão (Comte, 2019).

Assim, na origem da sua elaboração filosófica encontra-se uma teoria social, que Comte (2019) denomina de Teoria dos Três Estados. De acordo com essa teoria, todas as sociedades humanas se encontravam em desses estados, os quais tendiam a se suceder na medida em aumentava o seu grau de racionalidade.

O primeiro seria o Estado Teológico, no qual a imaginação se sobreporia largamente sobre a observação na determinação do comportamento dos indivíduos. Este Estado seria, por sua vez, pelos estágios fetichista, politeísta e monoteísta, que se sucederiam. No estágio fetichista os seres humanos atribuem poderes extranaturais à elementos da natureza (como as montanhas, os rios, a lua e o sol) os quais passam a venerar. Já o estágio politeísta, esta veneração se transfere à vários seres imaginários, considerados como deuses (ou semideuses, etc.). Enfim, no estágio monoteísta, a veneração é dedicada a um deus único. É interessante observar que Comte (2019) atribui uma grande importância ao estágio monoteísta, especialmente o representado pelo cristianismo, pois, segundo o autor, é neste estágio que são formulados valores morais que se manterão, mais tarde, importantes para a coesão social.

O segundo estado proposto por Comte (2019) é o Estado Metafísico, o qual se caracteriza pela preponderância do pensamento filosófico que, embora procurando se desvincular da religião, não se desvincula da metafísica, assumindo um caráter negativo, meramente crítico, e inadequado para a elaboração do conhecimento científico. Esse caráter negativo do pensamento filosófico, o qual predomina no Estado Metafísico, seria responsável, segundo o autor, pelos conflitos, revoltas e revoluções sociais que o caracterizariam.

Esses conflitos tenderiam a ser superados na medida em que a sociedade atingisse o Estado Positivo, no qual o conhecimento científico desempenharia um papel central. Assim, segundo Comte (2019), o desenvolvimento da ciência poderia definir as ações de governos estritamente racionais e, segundo o autor, axiológica e politicamente neutros. No entanto, para Comte (2019, 2022), a elaboração do conhecimento científico deve se desvincular de qualquer reflexão ontológica (ou sejam sobre a própria natureza da realidade), se restringindo a observação de fatos objetivos. Esse agnosticismo ontológico, baseado em uma irreduzível dicotomia entre ciência e filosofia é, assim, a característica central do positivismo.

No entanto, aqui cabe a pergunta, como a ciência poderia fornecer um conhecimento axiológica e politicamente neutro? Ou, em outras palavras, como a racionalidade pode se desvincular de valores éticos e se manter neutra em relação aos conflitos de interesse existentes na sociedade? A resposta à essa questão encontra-se na concepção de razão veiculada pelo positivismo. Adotando a concepção de Kant (2007), a razão se encontraria nas estruturas lógicas do pensamento. Uma análise racional da realidade, portanto, consiste em observar os

organizando-se de acordo com as estruturas lógicas. Essa identificação entre lógica e razão implica que as concepções e relações formais elaboradas pelo sujeito, e não a realidade, é que orientam a produção do conhecimento científico. Assim na medida em que avança o conhecimento da natureza e da sociedade, as intervenções dos seres humanos sobre a realidade a tornam mais racional, de forma que essa racionalidade se impõe aos próprios seres humanos, independentemente da sua vontade. Neste processo é a própria razão e, não mais ações deliberadas pelos seres humanos, que passam a reger a organização da sociedade e da própria natureza por meio da tecnologia. É a partir dessa razão “demiúrgica”, pois desvinculada da práxis humana, que surgem concepções teleológicas da sociedade, características do positivismo, como a proposta pela Teoria dos Três Estados de Comte (2019).

Essas concepções teleológicas da sociedade são claramente observadas nas teorias sociais relativas ao desenvolvimento econômico baseadas no positivismo, como a proposta por Rostow (1964). Segundo este autor, as sociedades passariam necessariamente por cinco etapas de desenvolvimento econômico, a saber, a sociedade tradicional, as condições para o arranco (“take-off”), o arranco, a marcha para a maturidade e a sociedade do consumo de massas. Porém, vale salientar que as três cinco etapas intermediárias nada mais são do que uma descrição de um processo de passagem da sociedade tradicional para a sociedade moderna, caracterizada pelo consumo em massa. É, assim, essa concepção teleológica, segundo a qual a passagem de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna é um processo inelutável (e não apenas desejável) é uma característica que se encontra em todas as chamadas “teorias da modernização”, as quais possuem uma grande influência sobre a extensão rural. De acordo com essas teorias, o desenvolvimento se resume a uma inelutável “modernização”, veiculada por tecnologias baseadas em meios de produção de origem industrial, a qual assim, já não possui mais relação alguma com os valores da modernidade (como a igualdade e a liberdade. Neste sentido, a promoção do desenvolvimento por meio da ciência passa a ser concebida como a difusão de tecnologias geradas em condições controladas, sendo qualquer tipo de análise científica da realidade social totalmente descartada.

Há, no entanto, certa diversidade entre as teorias da modernização, a qual, essencialmente, reflete a forma como o positivismo fundamenta as duas principais correntes da filosofia contemporânea ocidental. Essa divisão está estreitamente relacionada às noções kantianas de razão pura e razão prática, sobre as quais se baseiam, respectivamente a filosofia analítica e a filosofia continental (assim denominada por ter origem principalmente na Europa Ocidental continental, enquanto a origem da filosofia analítica se baseou principalmente em autores nascidos nos países ocidentais de língua inglesa).

Assim, de acordo com Kant (2007), a razão pura que permite a elaboração do conhecimento analítico, decorrente da aplicação do raciocínio dedutivo. Para o grande filósofo alemão, o conhecimento analítico é único que pode ser reconhecido rigorosamente como, pois, fundamento nas estruturas lógicas do pensamento. Esse conhecimento, porém, não seria de aplicável à solução de questões morais e da vida cotidiana. Aliás, para Kant (2007), os humanos são seres morais, sendo que os valores sobre os quais essa moralidade se baseia devem ser reconhecidos como universais. Por outro lado, o conhecimento sintético não pode ser considerado genuinamente científico, pois baseado em observações que não podem ser plenamente formalizadas. Por outro lado, isto não impede que os seres humanos, baseando-se em uma razão prática, elaborem conceitos que lhe permitem entender os fenômenos da vida cotidiana, mesmo que este entendimento prático não possua o rigor do conhecimento científico. Mas, para tanto, dadas as antinomias da razão (Lukács. 2013), que não permitiriam a elaboração de um conhecimento objetivo sobre a própria natureza da realidade, Kant (2007) propõe a adoção do agnosticismo ontológico na atividade científica, a qual deve se ater apenas às manifestações fenomenológicas da realidade, renunciando a investigação da natureza da realidade em si. Na verdade, é interessante desde já esclarecer que, como analisa Lukács (2013), as supostas antinomias da razão nada mais são do que de contradições reais, as quais não podem ser detectadas enquanto tais pelo pensamento metafísico, sendo então internalizadas como contradições da própria razão. No caso de Kant (2007), em última instância, trata-se da internalização das contradições do próprio sistema capitalista, que o caráter metafísico do seu pensamento o impede de apreender enquanto tais, pois são impossíveis de serem analisadas exclusivamente por métodos formais.

A filosofia analítica assume plenamente que apenas a razão pura pode ser um fundamento aceitável da atividade científica. No entanto, como forma de isolar as (supostas) antinomias da razão pura, já detectadas por Kant (2007), a filosofia analítica adota um exacerbado agnosticismo ontológico, com o intuito de eliminar qualquer influência de noções metafísicas sobre o método científico, o que limita a sua aplicação à problemas formalizáveis matematicamente, o que coloca obstáculos praticamente insuperáveis para a sua plena aplicação à análise da realidade social (e mesmo dos sistemas naturais, quando considerados como totalidades complexas).

Já a filosofia continental sustenta que a atividade científica pode se basear na razão prática, proposta por Kant (2021). Assim, sustentando-se sobre conceitos que não podem ser expressos apenas formalmente, exigindo, para tanto, certa referência ao conteúdo realidade, a filosofia continental sustenta uma versão menos radical do agnosticismo ontológico. Porém,

mesmo admitindo que noções associadas à natureza “em si” da realidade são constituintes dos conceitos elaborados pelos seres humanos, a filosofia continental sustenta que os métodos científicos devem estar centrados exclusivamente nas manifestações fenomênicas da realidade, isolando-se da realidade ontológica.

É possível identificar as duas principais vertentes da teoria da modernização por meio dessas duas correntes filosóficas. No âmbito da filosofia continental, o caso mais característico são as interpretações funcionalistas da realidade agrária relacionadas aos métodos de extensão propostos por Rogers (1966). No que diz respeito à filosofia analítica, o neopositivismo do qual ele é uma das correntes, influencia fortemente a extensão rural, especialmente por meio das teorias neoclássicas da modernização, como as propostas por Schultz (1965) e Hayami e Ruttan (1988). É interessante observar que, no âmbito da filosofia analítica, o neopositivismo foi uma das correntes que perseguiu com mais afinho elaborar uma linguagem totalmente isenta de ambiguidades a qual representaria uma estrutura lógica perfeitamente adequada à sua concepção formal do método científico (Wittgenstein, 1922).

Como comentado no início dessa seção, o positivismo é uma corrente de pensamento essencialmente conservadora e apologética do capitalismo. No entanto, esse conservadorismo apologético não se encontra apenas na teoria social proposta por Comte (2019), ou nas teorias nela inspirada (como as da modernização). O caráter conservador e apologético do positivismo se encontra origina no agnosticismo ontológico por ele professado, o qual o torna um eficiente protagonista dos processos de alienação típicos do capitalismo, brevemente discutidos na segunda seção. Ocorre que muitos desses processos se caracterizam pela reificação das relações sociais como relações entre coisas, as quais ocorrem de forma unívoca e estritamente determinista, do que resulta o caráter teleológico do positivismo. Um exemplo desse tipo de reificação é a função de produção neoclássica, a qual a formaliza as relações entre trabalhadores, capitalistas e proprietários de recursos naturais (principalmente a terra) como relações entre meros meios de produção, considerados como dados primários. Outro exemplo, é o “fetiche da mercadoria” (Marx, 2011), o qual atribui as troca efetuadas no mercado entre os seres humanos (as quais se constituem, portanto, em relações sociais), o poder de circular, como simples trocas entre “coisas”, de forma autônoma na sociedade.

O resultado desses processos de reificação, no entanto, não devem ser considerados como meras ilusões. Ao contrário, a sua efetividade é objetivamente necessária para a reprodução material da sociedade baseada nas relações sociais capitalistas. É essa objetividade, fenomenologicamente efetiva, porém ontologicamente falsa, que é apreendida pelos métodos empregados pelo positivismo, qualquer que seja a corrente epistemológica e teoria científica

nele inspirada, como consequência do seu agnosticismo ontológico. Essas correntes positivistas se constituem, assim, um poderoso meio de promoção da alienação nas sociedades capitalistas.

Porém, essa objetividade, como a expressa por pretensos automatismos econômicos, não pode ocultar perfeitamente as contradições do capitalismo, como as existentes entre a acumulação de capital e as necessidades sociais, decorrentes, por sua vez, da contradição entre uma produção de riquezas de natureza (crescentemente) social e a apropriação privada dessas riquezas, típica do capitalismo. É diante das manifestações cada vez mais claras dos efeitos dessas contradições que surgem correntes filosóficas abertamente irracionaisistas.

Uma dessas correntes, cuja influência sobre a extensão, como veremos, é bastante complexa, é a filosofia da vida, corrente em que Schopenhauer (2005) e Nietzsche (1998) figuram como um dos primeiros autores (Lukács, 2020). Uma das principais características da filosofia da vida é que ela atribui às contradições do capitalismo à própria modernidade, procurando refutar a possibilidade da existência de um conhecimento objetivo da realidade, descartando, assim, o papel da razão e da ciência nesse processo. É importante observar que o pensamento de Schopenhauer e, sobretudo, Nietzsche (1998), este último pelo seu caráter abertamente racista e misógino (Losurdo, 2009), foi (e ainda é) assumido por correntes políticas fascistas (especialmente o nazismo) para justificar a sua ideologia totalitária e anti-moderna. Essas ideologias se disseminam nos períodos de crise profunda do capitalismo. Enfrentando dificuldades para manter a sua hegemonia ideológica, a burguesia estimula a emergência de movimentos fascistas para assegurar seu poder político, necessário para o aprofundamento da exploração dos trabalhadores e da destruição da natureza, considerado pela burguesia como saídas para a crise. No Brasil, é em um contexto como este que se observa a grande disseminação do fascismo no chamado Agronegócio (bloco político-econômico formado por latifundiários, indústrias de insumos e equipamentos e grandes redes de distribuição). A influência do Agronegócio sobre a extensão rural pública ocorre por meio de uma radical defesa da promoção do atual padrão tecnológico baseado no uso de insumos e equipamentos de origem industrial por meio de métodos difusionistas característicos das teorias da modernização (especialmente neoclássicas) que, como vimos, se fundamentam epistemologicamente no positivismo. Essa radicalidade se expressa pela desconsideração (e, muitas vezes, negação, o que atesta o seu irracionalismo) dos efeitos destrutivos do atual padrão tecnológico sobre o desenvolvimento rural e o meio ambiente.

A outra corrente com fortes tendências irracionaisistas presente na extensão rural é uma “terceira via”, que, embora procurando romper com o conservadorismo apologético do

positivismo, recusa-se a reconhecer a natureza, em última instância, material e dialética da realidade, o que a leva a manter as concepções positivistas acerca da razão.

É interessante observar que este posicionamento do que denominamos neste texto de terceira via é considerado por Clouscard (1981) como um reflexo, no plano do pensamento, da condição das classes sociais que, não sendo nem proprietárias dos meios de produção (capitalistas), nem trabalhadores que, destituídos de meios de produção, produzem diretamente riquezas materiais, exercem um papel de mediação entre os capitalistas e esses trabalhadores. Com o vertiginoso avanço das forças produtivas e da divisão do trabalho ocorrido nos países capitalistas mais ricos observado após a II Grande Guerra, esta classe mediadora, composta por trabalhadores intelectuais (em seu sentido amplo) assume um importante papel na produção e disseminação de posições teleológicas secundárias, destinadas não só a fomentar a acumulação de capital, mas, também, a formular ideologias que, de uma forma ou de outra, dão sustentação ao capitalismo. Esta ascensão proporciona uma posição privilegiada das classes mediadoras diante dos demais trabalhadores, o que, de acordo com Clouscard (1981), a leva a, muitas vezes tacitamente, almejar a construção de um capitalismo virtuoso, isento das suas contradições, tendo como modelo o Estado do bem estar social que se desenvolveu nos países mais ricos entre 1945 e 1975, aproximadamente.

Como já mencionado, a terceira via mantém as concepções básicas propostas pelo positivismo acerca da razão. Porém no quadro da terceira via, o agnosticismo ontológico é progressivamente substituído pelo relativismo ontológico, o proporciona um caráter francamente irracional a certas correntes da terceira via. De acordo com essas correntes, portanto, as antinomias da razão indicam que a própria realidade é relativa, o que impossibilita que até mesmo os fenômenos por meio dos quais ela se manifesta possam ser analisados racionalmente. Assumindo as concepções neopositivistas, essas correntes da terceira via também identificam a razão com as estruturas lógicas do pensamento que se manifestam por meio da linguagem. No entanto, diante da impossibilidade da existência de uma linguagem perfeitamente lógica, única propícia à produção do conhecimento científico (como pregam os neopositivistas), essas correntes irracionais da terceira via rejeitam a possibilidade de uma fundamentação racional do conhecimento científico, o que a leva a considera-lo como um simples “saber” entre os outros existentes na sociedade, como os baseados em mitos e superstições. Além disto, dada a estreita relação entre a razão e aos valores da modernidade, essa rejeição da razão leva a elaboração no âmbito dessas correntes de exacerbadas críticas à própria modernidade, inclusive à noção de progresso a ela associada. Por este motivo, denominamos aqui essas correntes de terceira via anti-moderna.

Há algo de perturbador na terceira via anti-moderna. Ocorre que o pensamento por ela veiculado se baseia sobre uma matriz categorial elaborada com base nos mesmos autores cujo pensamento é empregado para dar sustentação ao fascismo (Silva Neto, 2024). E isto ocorre mesmo nas correntes que consideramos aqui como pertencentes à terceira via anti-moderna, como o pensamento decolonial (Dussel, 2005; Mignolo, 2001; Quijano, 2005) e certas correntes dos estudos interculturais (Walsh, 2019), que pretendem se distanciar da influência da cultura ocidental. É por esta razão que Clouscard (1973) não hesita em classificar a ideologia protagonizada pelo pós-modernismo, uma das principais correntes da terceira via anti-moderna, como neofascista.

Por outro lado, é importante observar a existência de correntes da terceira via que procuram manter certa racionalidade diante da realidade, recusando, inclusive, o relativismo ontológico. Essas correntes, assim, não rejeitam a modernidade. Ao contrário, é possível afirmar que essas correntes da terceira via procuram se contrapor a concepção empobrecida da modernidade veiculada pelo positivismo, a qual identifica o progresso social como uma simples “modernização” altamente fetichizada pela tecnologia. Neste sentido, essas correntes da terceira via procuram recuperar valores da modernidade, como os relacionados à cidadania e às instituições do Estado moderno, ocultados, quando não negados, pelo positivismo. Com base nessas características denominamos essas correntes de terceira via progressista. Por outro lado, é importante observar que a tentativa de se contrapor ao positivismo sem abandonar as suas principais concepções induz a terceira via a adotar um ecletismo metodológico que, ao reunir procedimentos com fundamentos ontológicos e epistemológicos muito diversos, gera ambiguidades que se transmitem ao próprio conhecimento por ela gerado, assim como na práxis nela inspirada.

Na extensão rural encontramos essas duas vertentes da terceira via. As correntes da extensão rural que adotam a educação popular apresentam características que permitem identificar uma nítida influência da terceira via progressista sobre elas. No que diz respeito à terceira via anti-moderna, a sua influência é ainda mais nítida sobre as correntes de extensão rural que assumem explicitamente a rejeição da especificidade do conhecimento científico, como a extensão decolonial e algumas correntes da extensão agroecológica (as quais muitas vezes se apresentam conjuntamente).

Enfim, é importante observar que essas correntes da extensão rural inspiradas na terceira via anti-moderna quase sempre adotam a educação popular como um fundamento importante dos seus métodos de trabalho. É possível, pois, afirmar a existência de certa tendência de absorção da terceira via progressista pela terceira via anti-moderna.

Considerações finais

Como mencionado na segunda seção, o que induz o ser humano à alienação é uma necessidade religiosa, provocada pelas incertezas que podem ameaçar as suas condições de existência. No capitalismo, essa necessidade religiosa, no entanto, é alimentada por processos sociais (caracterizados por Lukács como um ateísmo religioso) que aprofundam o estranhamento do ser humano em relação à realidade que o cerca. Tais mecanismos, por sua vez, são estimulados pelas classes dominantes para a manutenção da sua hegemonia ideológica sobre as demais classes sociais, a qual é imprescindível para manter as relações sociais de produção, de propriedade e de troca sobre as quais se baseia a reprodução material da sociedade sob o comando da burguesia.

Vimos também que a alienação está estreitamente relacionada ao recuo de posturas racionais diante da realidade. Neste sentido, pode-se afirmar que o agnosticismo ontológico, ao limitar a atividade científica ao nível fenomenológico da realidade, refutando qualquer reflexão de caráter ontológico, torna a ciência um meio de consagrar a forma reificada e fetichizada da realidade, tal como ela se apresenta no capitalismo. O positivismo, principal corrente epistemológica baseada no agnosticismo ontológico, constitui-se, assim, em um poderoso instrumento ideológico de promoção da alienação humana.

No entanto, com o aprofundamento das antinomias do pensamento burguês, o agnosticismo ontológico torna-se insuficiente para ocultar as contradições do sistema capitalista. Isto não implica, porém, em qualquer recuo da alienação. Ao contrário, esta aprofunda-se com o surgimento de um relativismo ontológico, protagonizado tanto pelo fascismo como pela terceira via anti-moderna, os quais assumem abertamente (e muitas vezes de forma militante) posturas francamente irracionais diante da realidade.

Como vimos, o positivismo e a terceira via anti-moderna são as correntes filosóficas que exercem maior influência na extensão rural. Porém, é preciso ter em mente que uma superação efetiva da alienação não pode ser realizada por um movimento que ocorre meramente no plano do pensamento, mas deve surgir da superação das condições concretas que a originam. Disto resulta que não existem pessoas (e muito menos extensionistas) menos alienados do que outros. Neste sentido, referindo-se à burguesia e ao proletariado, Marx e Engels afirmam que,

A classe possuinte e a classe do proletariado representam a mesma alienação humana. Mas a primeira das classes se sente bem e aprovada nessa autoalienação, sabe que a alienação é *seu próprio poder* e nela possui a *aparência* de uma existência humana; a segunda, por sua vez, sente-se aniquilada nessa alienação, vislumbra nela sua impotência e a realidade de

uma existência desumana (Marx e Engels, 2011, edição eletrônica, em itálico no original).

A afirmação de Marx e Engels, evidentemente, aplica-se a todas as classes sociais. Com este texto espero que, ao colocar alguns elementos para abrir o debate sobre os mecanismos de alienação vigentes entre os extensionistas, nos sintamos menos bem e aprovados em nossa alienação e, assim, possamos lutar contra a existência desumana que ela nos impõe.

Referências bibliográficas

CLOUSCARD, M. **Néo-fascisme et idéologie du désir**. Paris : Denoël, collection Médiations, 1973.

CLOUSCARD, M. **Le capitalisme de la séduction**: critique de la social-démocratie libérale. Paris: Éd. Sociales, 1981.

COMTE, A. **Reorganizar a sociedade**. São Paulo: Ed. LeBooks, 2019.

COMTE, A. **Discurso sobre o espírito positivo**. Valinhos: Montecristo Editora, 2022.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**: perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro 2005, p. 24-32.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. **Desenvolvimento agrícola**: teoria e experiências internacionais. Brasília, Embrapa, 1988.

KANT, E. **Crítica da razão pura**. ed. São Paulo: Ed. Ícone, 2007.

KANT, E. **Crítica da razão prática**. São Paulo: Lafont, 2021.

LOSURDO, D. **Nietzsche**: o rebelde aristocrata. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2009.

LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2013 (ebook).

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013a (ebook).

LUKÁCS, G. **A Destruição da Razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020 (ebook).

MARX, K. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K; ENGELS, F. **A sagrada família, ou, A Crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes**. São Paulo: Boitempo, 2011 (edição eletrônica).

MIGNOLO, W. D. **Capitalismo y geopolítica del conocimiento**: el eurocentrismo y la filosofía de la liberación en el debate intelectual contemporáneo. Ediciones del Signo, 2001.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da Moral**: uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ROGERS, E. M. **Elementos del cambio social en America Latina**: Difusion de innovaciones. Bogotá: Ediciones Tercer Mundo, 1966.

SCHOPENHAUER, A **O mundo como vontade e como representação**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

SCHULZ, T. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

SILVA NETO, B. **Um ensaio sobre o irracionalismo**. Cachoeirinha: Ed. Fi, 2024 (ebook disponível em <https://www.editorafi.org/ebook/c039-ensaio-irracionalismo>).

SILVA NETO, B. Fundamentos científicos da extensão rural: uma abordagem ontológica. *In* VARGAS, D. L. de; KAUFMANN, M. P.; DREBES, L. M.; TEIXEIRA, C. T. M. (org.) **Ensino em extensão rural. Debates emergentes e Permanentes a partir do III Seminário Nacional**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2026. Disponível em <https://www.editoraunijui.com.br/produto/2630>, acesso em 16 de outubro de 2026.

WALSH, C. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial. **Revista eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade de Pelotas**, vol. 05, n. 1, Jan.-Jul., 2019.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logicus-Philosophicus**. London: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co. Ltda. 1922.